

OS ARQUIVOS DE EMPRESAS ELÉTRICAS E A PRIVATIZAÇÃO

LUZIA MONTEIRO ARAÚJO SOARES¹
JOÃO MARTINS RODRIGUES NETO²

I. PECULIARIDADES DOS ARQUIVOS DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O serviço de energia elétrica é considerado um bem de utilidade pública. Assim, a exploração e a prestação do serviço se fazem por concessão do Poder Público, mediante contratos entre o Poder Concedente e o Concessionário, dado o seu impacto sobre a vida econômica da sociedade. Sobre os contratos incide um arcabouço legal (Código de Águas, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, decretos, resoluções, portarias, atos regulamentares etc.) que obriga o concessionário a guardar toda a documentação exigida por lei. Por outro lado, dadas as características das penalidades impostas no caso do não cumprimento das exigências contratuais, a concessionária é obrigada, na prática, a gerenciar todas as informações que possam subsidiar e esclarecer o tratamento de questões conflitantes, emanadas do Poder Público ou da área privada, para se resguardar, econômica e financeiramente, de eventuais prejuízos.

II. LEGISLAÇÃO DE ARQUIVOS E SUA APLICABILIDADE NO SETOR DE ENERGIA

No Brasil, em 08/01/1991, foi sancionada a Lei 8.159 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e que dá outras providências. Embora essa lei em seus primeiros três artigos, estipule uma abrangência respeitável no que tange à gestão documental e à proteção especial a documentos e arquivos, no processo de privatização das empresas, revelou-se dúbia a interpretação quanto ao caráter do que é público e privado. No contexto da sua aprovação mal estavam esboçados os modelos de privatização das empresas estatais.

Além da diversidade do caráter jurídico das empresas estatais, nos anos 60 e 70, o governo brasileiro adquiriu várias empresas privadas do setor de energia. A compra da Light em 1979 (o maior grupo privado de energia elétrica da América Latina) e a divisão das empresas do mesmo grupo entre Rio de Janeiro e São Paulo, foi marcada pelo conflito quanto à posse dos documentos e divergências quanto aos bens que cada uma herdaria, como exemplos, usinas, bens móveis e imóveis e até mesmo os quadros do pintor Di Cavalcanti. Foi o Ministério de Minas e Energia, por meio do então Departamento Nacional de Energia Elétrica (DNAEE) quem administrou o conflito.

A constituição do então Departamento de Patrimônio Histórico na área da recém criada (1981) Eletropaulo só foi possível por exemplo mediante a retomada de posse da rica hemeroteca da antiga São Paulo Light que havia sido levada para a Light Rio.

Com a experiência anterior os arquivistas da Eletropaulo buscaram intervir nos grupos de trabalho de reestruturação da empresa para privatização, alertando-os para a legislação de arquivo em vigor e os possíveis desdobramentos. A medida que o modelo apontou para a divisão em 4 (quatro) novas empresas, ficou mais visível o conflito quanto à posse da documentação, bibliotecas técnicas, bases de dados etc.

De acordo com o interesse de cada grupo, no interior das novas empresas, a lei passou a ser interpretada segundo às suas conveniências. Aos profissionais do arquivo coube a árdua tarefa de convencer no processo marcado pelo conflito o princípio da proveniência e destinação dos documentos.

Por outro lado, tornou-se uma prática corrente a adoção de programas de qualidade tanto no processo de preparação de venda das empresas quanto no pós-privatização. As tais operações 5S tem levado a eliminação de conjuntos documentais importantes e reveladores da história de montagem do setor elétrico e de suas estratégias. Em alguns casos só não foram cometidos danos mais graves, porque algumas pessoas conheciam a origem e a importância da documentação e assim impediram que informações importantes para a sociedade não tivessem o destino do papel vendido para reciclagem.

Em 20 de julho de 1998, o Ministério da Justiça encaminhou projeto de decreto para a Presidência da República com a proposição organizada pelo Arquivo Nacional, através do CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos, para regulamentar os arts. 7º e 11 a 16 da lei 8159, visando tornar mais preciso o conceito jurídico do que são os arquivos privados, identificar o patrimônio documental, resguardar os interesses público e social e a responsabilidade pela guarda e preservação do patrimônio informacional, em face da situação que ameaçava a existência dos arquivos das empresas privatizadas.

Quanto a este aspecto, além do impasse entre as empresas, há também as ações legais contra a empresa originária, que estavam em curso na Justiça, a exemplo: grandes consumidores de energia, posse de imóveis e questões trabalhistas, necessitam ter os documentos comprobatórios para o embasamento legal.

Embora haja a discussão de um convênio entre as empresas para uso da documentação e novas mídias para solucionar e agilizar o acesso à documentação no tempo necessário, os custos dos investimentos do tratamento arquivístico da massa documental e da recuperação da informação estão distantes da realidade do discurso dos novos controladores.

Assim em 18 de janeiro de 1999 é sancionado o Decreto 2.492 que regulamenta os artigos acima mencionados e institui no artigo 5º que “os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social.” Também neste decreto o art. 6º atribui a competência e os procedimentos para que se cumpra o artigo 5º.

Finalmente o CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos aprova em 07 de dezembro de 1999 a Resolução nº 11 que dispõe sobre os arquivos públicos que integram o acervo das agências reguladoras, das empresas em processo de desestatização, das

empresas desestatizadas, das concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos, e das pessoas jurídicas de direito privado.

III. OS PROBLEMAS DA PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

A alavancagem para investimentos no setor de energia elétrica necessita de um montante significativo de recursos, articulação de grandes instituições financeiras, concessões, estudos de impacto ambiental, requerendo portanto um planejamento indicativo e estratégico com bastante antecedência. Deste modo, é um setor em que a documentação precisa permanentemente estar organizada e disponibilizada, sendo bastante diversificado os suportes documentais empregados.

Assim, as áreas de cartografia, trabalham com imagens aerofotogramétricas, sensoriamento remoto, digitalização de mapas, plantas cartográficas etc., que são utilizadas de forma diversa. Exemplo: monitoramento das redes de energia elétrica, estudos dos potenciais energéticos, expansão ou contração das cidades e das atividades econômicas. Os setores de hidrologia trabalham com séries documentais e registros de longa duração, visando maior precisão dos regimes d'água dos reservatórios plurianuais. As áreas de engenharia fazem manutenção e expansão das redes de energia; construção e manutenção de estações; controle e monitoramento das obras de engenharia das barragens e manutenção de equipamentos. O setor de despacho de carga monitora diariamente os registros da distribuição de energia para os clientes industriais, comerciais e residenciais. Enfim, o grau de complexidade dos arquivos e de exigências varia de acordo com a principal atividade da empresa.

Ocorre que a política de reforma administrativa brasileira com a privatização do setor elétrico ainda em curso, aliado ao baixo poder de intervenção e integração dos arquivistas, o desconhecimento da comunidade científica do potencial informativo desses arquivos e dos gestores de informações das empresas, criou uma espécie de vazio. Iniciativas de tratamento de acervos articulados aos programas de informatização, encontram-se em compasso de espera.

O desconhecimento dos sócios controladores de toda essa realidade, gerenciada por culturas diferentes, visando a dinâmica do produto *energia elétrica*, leva a uma prática constante de redução de custos de armazenagem a qualquer preço, sem levar em conta as responsabilidades das concessionárias.

Esta prática, que inclui operações de descarte de documentos de forma indiscriminada e sem o devido treinamento adequado dos funcionários, coloca em risco na fase de uso corrente o potencial das informações da própria empresa. Esta é uma marca atual das empresas recém privatizadas e que indica uma tendência no sentido da contramão da história.

Desta forma, a organização e a preservação dos acervos encontram-se bastante comprometidos pelos desdobramentos que a globalização impõe na integração-desintegração das informações. Por meio das privatizações do setor energético, as informações depositadas em diferentes bases necessitam serem preservadas, visando a recuperação rápida das informações acumuladas de forma muito mais diligente e hábil.

IV. POLÍTICAS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E DE ARQUIVOS EM EMPRESAS DE ENERGIA

É nos anos 80 que aumentam significativamente as intervenções e preocupações com a identificação da memória do setor. Nesse período foi sistematizado e publicado o *Guia de Fontes Documentais do Setor de Energia Elétrica Brasileiro*, um dos principais trabalhos produzidos pelo *Centro de Memória da Eletricidade*, criado em 1986. A avaliação, tratamento e identificação das fontes documentais, foi pensada e articulada em um sistema que visou integrar o conjunto de informações das áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, sendo possível a atualização e difusão na recuperação do patrimônio documental do setor energético.

Nos anos 90 algumas empresas do setor buscaram modernizar os seus arquivos. Passou a existir uma maior preocupação com Tabelas de Temporalidade, Thesaurus, Bibliotecas técnicas informatizadas, emprego de novas mídias nos arquivos técnicos e gestão documental.

Nesta ocasião foram realizados na ELETROBRÁS, estudos das mídias existentes para armazenamento de informações e de possíveis soluções para minimizar os custos relativos ao espaço necessário para guarda de documentos, o que resultou no Projeto de Modernização do Arquivo da ELETROBRÁS.

O arquivo permanente já contava com uma Tabela de Temporalidade, elaborada junto aos órgãos da Empresa, o que possibilitou a tomada de decisão com relação a avaliação, destinação, eliminação e inclusive as mídias que poderiam ser utilizadas para armazenamento dos documentos e das informações.

Foi realizado um projeto em parceria com a Memória da Eletricidade em função de seu longo envolvimento com a documentação da ELETROBRÁS, e por sua missão de preservar a memória do Setor Elétrico.

Em 1996 foi iniciada a implantação do projeto de Modernização com o principal objetivo de modernizar os procedimentos relativos à organização e acesso a informações de acordo com as novas tecnologias existentes de armazenamento e recuperação de informações, aliado à necessidade de redução das áreas ocupadas pela documentação.

Em decorrência da racionalização de áreas na Empresa optou-se pela locação de espaço no subúrbio do Rio, a custos mais baixos, para guarda de uma parcela da documentação permanente. Cerca de 1.800.000 páginas foram microfilmadas e cerca de 1.000.000 de páginas, digitalizadas.

Para evolução dos trabalhos contaram com o auxílio de mão-de-obra especializada dedicada às tarefas de análise e avaliação da documentação, organização e preparo para guarda externa, digitalização e indexação das imagens.

A experiência adquirida com o processamento de imagens, tem confirmado que esta é uma excelente solução que veio melhorar, não somente a qualidade quanto à organização e guarda dos documentos, como proporcionar recursos modernos e confiáveis de recuperação de informações.

Os arquivos técnico e administrativo da ELETROBRÁS constituem-se de documentos históricos, comprobatórios e/ou legais que representam o produto das

atividades da Empresa. Além de procurar preservar a memória técnica-institucional, a ELETROBRÁS vem adotando modernas técnicas de recuperação de informações, facilitando a consulta por parte de seus usuários de forma rápida e segura. O principal objetivo nesse sentido, passou a possibilitar o acesso ao conteúdo dos documentos e garantir a integridade física dos mesmos.

V. TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO NAS EMPRESAS PRIVATIZADAS: EXEMPLO DE PROBLEMAS

O modelo de privatização adotado no setor elétrico paulista foi a divisão das empresas por segmentos da indústria. Assim foram separados os serviços de Distribuição, de Transmissão e de Geração. Em janeiro de 1998 a **Eletropaulo** foi cindida em 4 novas empresas. Criaram-se duas empresas de distribuição, uma de geração e uma de transmissão, a saber:

1. **Eletropaulo Metropolitana de São Paulo S.A.**, assumindo a concessão da capital e parte da área metropolitana, adquirida por um consórcio de **empresas americanas, EDF e CSN**, atualmente voltou a designar-se **Eletropaulo** e com o controle acionário tornando-se majoritário do grupo americano **AES**;
2. **Empresa Bandeirante de Energia**, a concessão compreendia toda a área de Sorocaba, Jundiaí, Vale do Paraíba, Baixada Santista e parte da região metropolitana de São Paulo, adquirida pelo consórcio EDP (capital estatal português) e VBC (Votorantim-Bradesco-Camargo Corrêa), atualmente chama-se **Bandeirante Energia S.A.** e está em processo de separação da área física da concessão (área de Sorocaba, Jundiaí e Baixada Santista) por uma nova empresa que deverá chamar-se Piratininga, a qual deverá ter como controlador a VBC;
3. **EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.** – concentra as usinas e os reservatórios, tem como controlador acionário o governo do Estado e a reestruturação passa pela discussão como será gerido o novo modelo dos serviços de água, além de todo o passivo ambiental do Rio Pinheiros e do uso múltiplo das águas da represa Billings e a usina Henry Borden para a geração de energia hidráulica;
4. **EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia** - responsável pelas linhas de transmissão em alta tensão, tem como controlador o Estado paulista e está em fase final de reestruturação com a outra empresa também dividida da antiga CESP.

Sem discutir o caráter do modelo de privatização, fatos positivos e negativos, o que cabe examinar perante a lei em vigor quanto as normas de guarda e preservação são as condições em que foram geradas as informações, na prestação de serviço público ao longo de quase 100 anos.

Assim a base cartográfica, plantas e desenhos além de utilizada por todos os serviços da empresa anteriormente integrada, contém como elemento intrínseco na sua informação a evolução urbana das cidades. De modo que o princípio de proveniência da

arquivística prevê que esse seria um **fundo Eletropaulo**. A partir da existência legal da nova empresa no caso em exame a **EMAE**, toda a documentação gerada a partir de sua fundação será o seu real arquivo. Porém a lei garante e prevê o acesso às informações anteriores ao desempenho de suas atividades.

Ora o que ocorreu no processo da privatização foi relegar a questão dos arquivos, o acesso às informações e as medidas necessárias para um plano de menor importância, de modo que as empresas tomaram a si e ainda estão realizando o desmembramento e a descaracterização dos arquivos tornando-os parte de um jogo de quebra-cabeças.

Dada a significativa produção documental do setor energético, composto principalmente pelas empresas de gás e energia elétrica, iniciadas em sua maioria no final do século passado, as empresas do setor de energia são responsáveis por um significativo patrimônio de informações da técnica, do emprego de novas tecnologias, de planejamento integrado, do registro da expansão e modificação dos padrões de consumo, memória do meio ambiente, como rios, comunidades e atividades que necessitam serem identificadas e integradas em sistemas de informação voltados para a gestão das informações.

Problemas como esses devem ser multiplicados em outras regiões do Brasil com menos tradição de gestão racional de informações.

VI. CONCLUSÕES

O conhecimento do arcabouço legal para a preservação dos arquivos, das informações contidas nos conjuntos documentais e do acesso às fontes de informação quer como suporte das atividades-fim das concessionárias, quer como elemento de pesquisa e de informações da sociedade, passa por exigir a aplicação do que a lei já regulamentou.

Assim é prioritário a implementação do projeto de gestão documental envolvendo o controle da produção, seus suportes e a empregabilidade de recursos humanos, visando o perfil de uma empresa de energia que necessitam estar em consonância com a normatização e procedimentos federais, voltados para as concessionárias de energia elétrica e a garantia da guarda e preservação dos documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.³

Portanto a avaliação documental será necessária não só em relação ao suporte *papel*, como deve também ser objeto de avaliação o *acervo magnético* e de *microfilmes*, pois informações nestes suportes são muitas vezes anuladas por falta de análise com os arquivos convencionais.

O confronto destes diferentes suportes é fundamental para subsidiar o processo de reforma administrativa que está em curso, voltado para as prioridades do novo formato estabelecido com a privatização das Empresas de Energia, sendo a *temporalidade* fundamental para agilizar o processo decisório.⁴

O tratamento documental também é condição para a preservação da memória do setor que em avaliação dos procedimentos internos recupere as informações em banco de dados que agilize o processo de busca e acessibilidade das informações disponíveis.

Para a legitimação deste processo, é fundamental que seja equacionado o reformulado a produção documental em meios eletrônicos, garantindo a somatória de conteúdo, estrutura e contexto documental.⁵

Com a produção energética cada vez mais sofisticada e conseqüente disseminação de novas formas de energia, é hora de ser questionado o destino da documentação produzida em diferentes bases, sua devida *Avaliação* e a **preservação do patrimônio documental do setor**.

Para tanto é necessário a recuperação das informações básicas que passam a dar visibilidade para o panorama da política de preservação e recuperação dos acervos documentais do setor de energia.

NOTAS:

¹ Economista, historiadora e mestranda em Ciência Política pela UNICAMP.

² Mestre em História pela USP e membro da ARQ-SP.

³ Minuta de apresentação do Sistema de Informações Gerenciais – Subcomitê de Gestão e Capacitação. Relatório Técnico FT – 4.2.02.38 de 13/02/96

⁴ Aquino, Léa Tânia Albuquerque de. *A Gerência dos Documentos nas Empresas, em Fase da Automação*. Conferência realizada no SENAI em 1990. p. 13

⁵ Guercio, Maria. Autenticità e Attendibilità dei Documenti – Il ruolo della Diplomatica e dell'Arquivistica. Trabalho apresentado no II Congresso de Arquivologia do Mercosul, 19-23 de outubro de 1997